



Promontoria Monográfica HISTÓRIA DO ALGARVE 03

Coordenação de
A. PAULO DIAS OLIVEIRA
CRISTINA FÉ SANTOS
JOSÉ GONÇALO DUARTE
PATRÍCIA DE JESUS PALMA

Apontamentos para a História das

CULTURAS DE

ESCRITA:

DA IDADE DO FERRO À ERA DIGITAL

Apontamentos para a História

DAS CULTURAS DE ESCRITA: DA IDADE DO FERRO À ERA DIGITAL

EDITOR:

Centro de Estudos em Património, Paisagem e Construção (CEPAC)

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Universidade do Algarve

Editor:

Centro de Estudos em Património, Paisagem e Construção (CEPAC)
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Universidade do Algarve

Comissão Coordenadora:

A. Paulo Dias Oliveira
Cristina Fé Santos
José Gonçalo Duarte
Patrícia de Jesus Palma

Introdução:

A. Paulo Dias Oliveira
Patrícia de Jesus Palma

Tiragem:

500

Capa e design:

Lúcia Costa

Depósito Legal:

419839/16

ISBN:

978-989-8859-00-6

Faro, 2016**Impressão:**

Gráfica Comercial Arnaldo Matos Pereira, Lda
Zona Industrial de Loulé, Lote 18
Apartado 247 - 8100-911 Loulé
www.graficacomercial.com

Agradecimentos:

Muitos foram os que tornaram possível a concretização deste projecto que já vai no número 3. A alguns deles, que não vêm referidos no corpo da obra, é necessário deixar aqui o nosso agradecimento: a Lúcia Costa (luciacosta80@gmail.com), a designer que mais uma vez concebeu e deu rosto a esta publicação, e um especial obrigado a Emanuel Sancho, director do Museu do Trajo de São Brás de Alportel, uma presença constante e dedicada.

Nota: O uso do Acordo Ortográfico de 1990 foi opção de cada autor.

Com o apoio de:

- 7 RESUMOS
- 19 INTRODUÇÃO
- A escrita do Sudoeste:
um breve ensaio de síntese**
Amílcar Guerral | Pedro Barros | Samuel Melro
- 45 **Epigrafia Romana do Algarve**
José D'Encarnação
- Contributos para a catalogação e estudo da epigrafia pública na região do
Algarve**
Marco Sousa Santos
- 85 **Projecção documental de poderes:
em torno das actas de vereação de Loulé (século XV)**
Filipa Roldão
- 101 **Samuel Gacon, um editor do Talmud, com os olhos postos no Oriente
(A edição de Faro do Pentateuco, de Junho de 1487, no contexto da História
da Imprensa incunabular hebraica portuguesa)**
Manuel Cadafaz de Matos
- 135 **A escrita, a informação e a honra:
as provas de limpeza de sangue no Algarve setecentista**
Nelson Vaquinhas
- 155 **Contributo para a história da edição contemporânea em Portugal:
a emergência da edição impressa na periferia, o caso do Algarve (1808-1910)**
Patrícia de Jesus Palma
- 183 **O laicismo na capital algarvia nos finais de Oitocentos:
o célebre processo de Francisco Pereira Salles**
Luís Guerreiro

- 205 **A linguagem visual da Indústria Conserveira do Algarve:
o caso da *Marie Elisabeth Brand***
Ana Lúcia Gomes de Jesus
- 225 **Notas prévias a um estudo das imagens e da importância das vanguardas
artísticas na imprensa algarvia do começo do século XX**
Ana Isabel Soares I Mirian Tavares
- 235 **Imprensa periódica e propaganda política:
o caso do *Nacional sindicalista* de Faro**
A. Paulo Dias Oliveira
- 263 **Escolas de formação de professores do ensino primário no Algarve**
João Sabóia
- 289 **As escolas primárias dos centenários:
subsídios para uma história das construções escolares no Algarve**
Vítor Ribeiro
- 313 **Para a História da edição do romanceiro no Algarve:
protagonistas, textos, suportes e uma falsa questão**
Sandra Boto
- 335 NOTAS SOBRE OS AUTORES

Epigrafia Romana no Algarve

José Encarnação*

Sentem os indivíduos a necessidade de eternizarem na pedra ou em material duradouro momentos grandes da sua vida. Aquele coração com dois nomes dentro e uma data, rasgado no secular tronco de vetusta árvore, é um bom sintoma disso; como o é a placa que se descerra no 100º aniversário da colectividade. Palavras pensadas, poucas, repletas de significado, que os autores e os seus contemporâneos bem compreendem. Já o António e a Maria do coração talhado permanecerão eternamente no anonimato de milhares de Antónios e de Marias que por esse parque, ao longo dos anos, enamorados passaram.

Nós, porém, os que lemos, anos ou muitas décadas depois, ficamos cheios de curiosidade. O centenário da sociedade recreativa maravilha-nos e dá-nos vontade de saber a história; já o coração talhado nos titila a imaginação e quase nos dá a impressão de ouvir na brisa promessas de amor eterno...

Necessidade de fazer perdurar, de um lado; curiosidade em decifrar, do outro.

Por isso, a Epigrafia, ciência que estuda as inscrições nesses materiais dificilmente percíveis ou que, à partida, como tal se consideram, seja, cada vez mais, uma fonte histórica de vasto alcance, dado que abrange vastíssimo leque de temas: a política, a sociedade, a vida familiar e afectiva, a economia, a religião... Traçar, pois, uma panorâmica do que essas «pedras romanas com letras» nos podem transmitir constitui, sem dúvida, desafio aliciante. E esse vamos enfrentar.

OS PRECURSORES

Logo os senhores do Renascimento começaram a interessar-se pelas epígrafes; desenharam-nas nos seus relatos de viagens; tentaram, amiúde, a sua decifração, onde a lenda frequentemente se casava com a história e

*O autor recusa-se a seguir o Acordo Ortográfico de 1990.

os deuses do Olimpo nem se importavam de envergar trajes cristãos. E, nos séculos XVIII e XIX, quando se sentiu a necessidade – também devido ao impulso das Academias – de recolher informações dispersas, surgiram autores, nomeadamente eclesiásticos, que não se pouparam a esforços para demonstrar as nobres antiguidades do território português, entre as quais, obviamente, as «pedras com letras» ocupavam lugar de destaque.

Não falo já de André de Resende nem de Frei Bernardo de Brito, cujas obras são bem conhecidas. Prefiro começar por Frei Vicente Salgado, autor das *Memórias Eclesiásticas do Reino do Algarve*, cujo I volume veio a lume, em Lisboa, no ano de 1786, e passar de imediato ao grande precursor da Arqueologia deste «reino»: Estácio da Veiga, o das *Antiguidades Monumentaes do Algarve* de finais do século XIX. Seguir-se-lhe-á, em importância, a bisneta, Maria Luísa Estácio da Veiga, cuja tese de licenciatura, em dois suculentos volumes publicados pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, retoma quanto o bisavô escrevera, acrescentando os pormenores que a consulta da documentação de família lhe facultou.

No que concerne à epigrafia propriamente dita, perdoar-se-me-á que me cite, pois, na verdade, o intuito da elaboração do IRCP foi de incluir todos os monumentos epigráficos a sul do rio Tejo. E, como é natural, para complementar o que então escrevera e, por outro lado, para chamar a atenção da importância de um que outro núcleo ou epígrafe, escrevi outros textos, que vão referidos na bibliografia.

O(s) organismo(s) correspondente(s) à actual Direcção-Geral do Património Cultural acharam interessante começar pelo Sul o projecto de uma Carta Arqueológica Nacional e, por isso, também esses volumes, por ‘fatias’ de território minuciosamente palmilhadas, devem ser citados, assim como o livro de síntese, ‘encomendado’ a especialistas e coordenado por Filomena Barata, *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*, de 1997.

Chamado a gizar uma panorâmica do que foi a actividade arqueológica no último quarto de século,¹ João Pedro Bernardes, professor da Universidade do Algarve, apresentou dados estatísticos desde o século XIX até 2016 relativos aos sítios romanos, destacando o *boom* registado a partir da segunda metade da década de 90 do século passado até 2016 (de 240 para 570 sítios), ain-

¹ Foi o tema geral da IX Mesa-redonda sobre a Lusitânia romana, celebrada no Museu Arqueológico Nacional (Madrid, 29 e 30 de Setembro de 2016). João Pedro Bernardes interveio com a comunicação intitulada «O Sul da Lusitânia Romana nos últimos 25 anos: avanços e novas perspectivas de investigação».

da que, a partir de 2006, o ritmo de crescimento tenha abrandado (de 456 para 570).

«Este ritmo foi sendo acompanhado», sublinhou, «pelo crescimento do número de arqueólogos municipais nos 14 concelhos do Algarve que os têm (de 4 em 1995 para 23 nos dias de hoje) que trabalham frequentemente em rede no quadro da mais ou menos informal rede de museus do Algarve».

De realçar, ainda, a importância de exposições de Arqueologia, de reuniões científicas, como os Encontros de Arqueologia do Algarve, em boa hora promovidos pela Câmara Municipal de Silves, e também dos catálogos e publicações associadas, que muito ajudaram a mitigar os nefastos efeitos da chamada «arqueologia de contrato», pois assim se deu a conhecer muita da realidade arqueológica que foi sendo exumada e guardada em depósitos.

João Pedro Bernardes acentuou igualmente o facto de se haver possibilitado, desta forma, «a realização de um conjunto alargado de teses de mestrado e de doutoramento por diversas universidades portuguesas, algumas das quais publicadas».

OS DIFERENTES TIPOS DE INSCRIÇÕES

Tal como acontece nos nossos dias – ainda que disso, mui provavelmente, não nos demos conta – a maioria das inscrições que os Romanos nos deixaram são de índole funerária, isto é, epitáfios que recordam os entes queridos.

No entanto, se, hoje, o epitáfio é singelo – nome do defunto, datas de nascimento e morte e fórmula mais ou menos estereotipada em que figura a informação da pessoa ou pessoas de quem partiu a iniciativa da gravação («eterna saudade de sua esposa, filhos e netos» e similares) – o epitáfio romano, singelo também, reveste-se para os epigrafistas de mais amplo significado histórico.

Primeiro, porque – a partir da segunda metade do século I d. C. – se começa por consagrar a sepultura aos deuses Manes: *D(iis) M(anibus) S(acrum)*. E logo aí nos interrogamos: porquê? Sim, são os Manes quem, de acordo com a crença romana, receberão o espírito do defunto no Além; contudo, o que está escrito é «consagrado» e o que se consagra não é propriamente quem ali está sepultado mas sim a sepultura e, naturalmente, o seu recheio. Era, pois, uma forma de esconjurar malefícios e, de modo especial, salteadores que ficavam, assim, ameaçados de cometer sacrilégio.

Depois, porque se identifica o defunto e quase poderíamos afirmar «diz-me como te identificam e eu dir-te-ei quem és», pois o nome é bom indício de condição social.

Indica-se a idade em que a morte ocorreu. Não poderá usar-se tal dado como fonte segura para sugerir, por exemplo, médias de vida, quer por ser pequena a amostra quer por nem sempre a idade indicada poderá ser uma idade real: amiúde vem arredondada em lustros (porque, na verdade, não havia certezas) e já pus a hipótese – dada a frequência com que é mencionado – de o número 40 ser simbólico, indicando a idade perfeita, uma vida vivida em plenitude (ENCARNAÇÃO, 2000)²; aliás, na África romana também é comum a idade terminar em I, para dar a ideia de que se está a ser exacto nessa menção (KAJANTO, 1968: p. 18).

As fórmulas finais típicas vêm em siglas – *H(ic) S(itus), -a) E(st)*, «aqui jaz» – *S(it) T(ibi) T(erra) L(evis)*, «que a terra te seja leve», significando o uso do presente e da segunda pessoa o diálogo que se pretende o passante tenha perante o túmulo, sabendo nós, de resto, que era ao longo das vias que as sepulturas se situavam.

Contudo, ao contrário das designações genéricas da actualidade a sublinhar apenas o grau de parentesco, optavam os Romanos por nomear o encomendante do epitáfio e é esse confronto onomástico que pode sugerir «flagrantes da vida real», não inteiramente expressos, por vezes, mas dados a entender. Daí a riqueza da análise (DURRY, 1961).

Temos também os ex-votos. Não é frequente, na actualidade, mandar gravar-se uma pedra em reconhecimento de uma graça concedida, embora, a título de exemplo, as placas que cobrem as paredes de algumas igrejas se insiram nesse contexto, assim como as conhecidas placas postas aos pés da estátua do venerado taumaturgo Dr. Sousa Martins, no Campo dos Mártires da Pátria, em Lisboa. Importantes se revelam, pois, as dos Romanos, uma vez que ficamos a saber que divindade ali veneravam, quem a venerava e, porventura, a razão do ex-voto de livre vontade (*animo libens*) mandado gravar.

Descerram-se hoje placas aquando da inauguração de um edifício ou por ocasião de homenagem a benemérito local ou nacional. Tal já acontecia,

² Devo ao Professor António Paulo Oliveira a gentileza de me recordar que, entre os Gregos antigos, se celebrava festivamente a «acmé», quando se completavam quarenta anos. A palavra ακμή tem precisamente o sentido de cúmulo, auge, força, vigor; e também faz parte da linguagem teatral, no sentido de se ter atingido o clímax de uma representação.

naturalmente, no tempo dos Romanos, e, embora menos frequentes, essas epígrafes – monumentais e honoríficas – são deveras significativas dos poderes locais em presença.

Considerações gerais, estas, que até agora apresentei, aplicáveis a todos os rincões do Império Romano. Não o nego. Por isso também ao «reino» do Algarve se aplicam e são elas que nos permitem entretecer o panorama dessa época.

OS CONTEXTOS

E porventura uma pergunta ocorreu já: sendo o Algarve litoral, Barrocal e Serra, é possível saber se também outrora se verificou essa tendência para preferir as zonas costeiras, se se esqueceu a Serra e se o Barrocal foi, como até há um século, cenário de tranquila agricultura?

Dizia-se atrás, citando o Doutor João Pedro Bernardes, que faltaria uma pesquisa mais aturada, quer no barrocal quer mesmo na serra, para nos certificamos da presença romana nessas bandas. Vestígios arqueológicos hão-de encontrar-se, decerto; duvido, porém, que abundem as pedras escritas. Porque – já se disse – escreve-se para que se seja lido, se possível pelo maior número de pessoas e, por tal motivo, as epígrafes rareiam em ambiente rural (salvo uma que outra inscrição funerária) e são os núcleos urbanos o seu habitat predilecto.

É comum dizer-se – e não se estará longe da verdade – que o pólo de irradiação e concentração da actividade agrária é a *villa*, de que o ‘monté’ alentejano, queira-se ou não, é seu natural herdeiro tanto na localização como na estruturação espacial do seu casario. No barrocal, encontraremos, então, *villae*, de que – para citarmos desde já uma das mais relevantes – Torre d’Apra, nos limites entre os concelhos de S. Brás de Alportel e Loulé, poderá ser excelente exemplo, ainda que muito haja ainda aí por explorar, dada a vastidão por que se estendem os vestígios. Aliás, bem se sabe que a *villa*, em Latim, também se designava *turris*, donde o topónimo Torre teve origem.

E se em Apra a agricultura foi, decerto, florescente, tal não significa que não tivessem sido estruturadas *villae* em que a principal fonte de riqueza viesse do mar. A Quinta de Marim, Milreu e Vila Moura constituem testemunhos de uma vivência em que o comércio e, até, a pesca se arvoraram em actividades dominantes. Não apresentam as mais variadas espécies piscícolas

os belíssimos mosaicos de Milreu? E são mesmo peixes concretos os que ali se vêem, a demonstrar um conhecimento real.

UMA CARACTERÍSTICA DISTINTIVA?

Entusiasmados com o que nos vinha ao correr da pena, quase íamos deixando na penumbra o objecto principal do nosso ensaio: as pedras com letras.

Diga-se desde já que, em relação a outras áreas do Império romano e, inclusive, da Hispânia, o Algarve não pode gabar-se, até ao momento, de ostentar significativa abundância de monumentos epigrafados. Quiçá isso se deva ao facto de as suas pedreiras de calcário fornecerem, sim, boa pedra para a construção, mas faltariam, porventura, filões esplêndidos, de boa consistência e sólida compacidade que permitissem esculpir e gravar em beleza. Não temos, de facto, filões marmóreos ou mesmo graníticos capazes de ombrear com os de Estremoz / Vila Viçosa ou mesmo Trigaches. É o calcário local que se usa e nele conseguem, mesmo assim, os lapicidas romanos deixar perpetuado o seu saber e gosto estético.

Já aventei a hipótese de esse impulso para deixar um cunho estético pessoal – como, na actualidade, inesperadamente se observa em lintéis de portas e no rendilhado das chaminés (porque não?) – ser herança norte-africana (ENCARNAÇÃO, 2006). Porventura cometi um erro menosprezando as reconhecidas capacidades dos nossos canteiros; certo é que a vontade de alindar as pedras se verifica idêntica nos monumentos epigrafados duma Tunísia romana.

A meu ver, essa pode ser considerada uma característica distintiva das epígrafes do Algarve romano. E vejamos, a título de exemplo, as placas da Quinta de Marim: podem os dizeres ser quase incompreensíveis, porque o lapicida era iletrado e não lograra decifrar o texto manuscrito que o cliente lhe entregara, mas e o enquadramento? Ele são rosáceas, ele são colunas a semelhar fachadas de minúsculos templos, ele são os elegantes báculos de que, a desabrochar, se envaidece a folha recortada da palmeira, ele são representações de mistério como as que embelezam a cupa ímpar de *Patricia* (IRCP 50) nessa mesma Quinta de Marim. E que elegância se desprende do altar da ossonobense *Caecilia Marina*, encontrado em reutilização na igreja de S. Romão, em S. Brás de Alportel, mas que poderia ter sido trazido da florescente Apra, de um Loulé ali bem perto – que, nesse tempo, as divisões administrativas não

eram as actuais!... Esculpidos em baixo-relevo o jarro e a pátera, a simbolizar as perfumadas libações com que se preparava o cadáver, e o crescente lunar, como que a dizer que para essa eternidade além a octogenária havia partido, de lá continuando, porém, a velar pelos seus...

AS CIDADES E O CAMPO

Atendendo a que, como é natural, mais população viva nas cidades, aí se encontra a maior densidade de epígrafes, até porque muitas terão sido reaproveitadas em construções posteriores. Uma das funções dos arqueólogos municipais é precisamente o acompanhamento de obras nos chamados ‘centros históricos’, para se lograrem salvar e guardar epígrafes porventura reutilizadas.

Duas cidades se distinguem pelo número de inscrições encontradas no seu interior ou nos subúrbios: *Balsa* e *Ossonoba*. Lagos e Silves também forneceram algumas; contudo, até ao momento, não as poderemos considerar significativas. De *Balsa* realçaria as placas referentes à oferta por dois cidadãos de cem pés do pódio do circo (IRCP 76 e 77), assim como a dedicatória, sobejamente comentada, à deusa Fortuna pelo sêxviro Ânio Primitivo (IRCP 73). De *Ossonoba*, o lintel – certamente do templo do foro dedicado ao culto imperial – mandado fazer, a expensas suas, por dois sêxviros (IRCP 11) e os dois blocos com o rol de libertos que terão homenageado um dos notáveis municipais.

Balsa e *Ossonoba*, como portos de mar que eram, ponte entre o Norte de África e o litoral atlântico notabilizaram-se pela sua actividade comercial (MANTAS, 1997). Não admira, portanto, que muitos dos senhores houvessem libertado os seus escravos para que eles se dedicassem, em seu nome, aos negócios e a relevância da actividade marítima está bem patente no mosaico do deus Oceano³, que pavimentava, decerto, uma das amplas salas do edifício onde o trato marítimo se efectuava, servido, pode suspeitar-se, por grupos económicos fechados, eventualmente unidos entre si pelo culto a divindades mistericas, como é o caso de Cibele, a deusa-mãe, cuja liturgia estaria bem organizada, como o prova o singelo altar que alude ao cerimonial do *crinobolium* (IRCP 1). O circo de Balsa mostra, por seu turno, uma população que depressa adoptou os costumes romanos (SILVA, 2007). Sobre a actividade de Lagos (*Lac-cobriga*) muito se irá ainda descobrir (ARRUDA, 2007) e lá estarão epígrafes para a documentar, assim como em

³ IRCP 35. Ver também Lancha, 1985.

relação a Portimão, onde o rio Arade teve, sem dúvida, papel de primeira ordem.

Creio que as investigações na *villa* identificada na zona de Apra (Loulé) nos vão trazer novidades; contudo, no que à epigrafia diz respeito, a Quinta de Marim constitui um caso bem singular no contexto da epigrafia romana até ao momento encontrada no território actualmente português, não apenas pela relativa quantidade de testemunhos, mas, de modo especial, pelas características que assumem: tipologicamente, as placas funerárias são bonitas, bem ornamentadas com relevos (arquitectónicos e vegetais), mas o texto revela que o lapicida não entendeu a minuta que o encomendante lhe entregou, certamente manuscrita.

EXEMPLOS SINTOMÁTICOS

A fim de documentar algumas das ideias atrás expressas, vou escolher seis monumentos epigráficos que reputo significativos:

1 – a estela do Museu de Lagos mostra o começo da aculturação;

2 – o pedestal dedicado a Júpiter, achado em S. Bartolomeu de Messines, constitui sedutor argumento para se repensar a ocupação romana naquela área;

3 – seleccionei uma inscrição da Quinta de Marim para que se tome consciência do que foi a dificuldade sentida no confronto cultural das duas populações: a indígena e a colonizadora;

4 – a homenagem a um dos patronos de *Ossonoba* mostra como se geravam empatias políticas;

5 – o cipo que perpetua a homenagem feita por uma mulher elucida como o elemento feminino da população, impossibilitado de exercer funções públicas, recorria a estratégias como o de mandar fazer uma epígrafe para marcar posição:

6 – finalmente, a dedicatória ao imperador Aureliano documenta como, numa época aparentemente de generalizada crise, este Sul lusitano soube dar a volta por cima e mostrar-se ao poder central.

1. OS ARENII E OS IULII (IRCP 66) [FIG. 1]

Achada em Fronteira, perto de Bensafirim, vila do concelho de Lagos, em cujo museu se encontra (nº de inventário: 139), esta estela de quartzito vermelho e formato irregular, foi aproveitada sem ter havido o cuidado de lhe regularizar a forma, ainda que apresente linhas auxiliares bem marcadas, que lhe emprestam singular efeito decorativo.



Figura 1 IRCP 66

A inscrição diz o seguinte:

C(*aius*) • IVLIVS / ARENIVS H(*ic*) • E(*st*) • S(*itus*)
 / ARBVRA•BOLBI / ARENI(*i*) • VXOR • H(*ic*)• S(*ita*)
 •[E(*st*)] / ⁵ [I]VLIA • AMOENA / ARENI(*i*) • F(*ilia*)• H(*ic*)
 • S(*ita*) • E[ST ?]

Aqui jaz Gaio Júlio Arénio. Aqui jaz Arbura de Bolbo, mulher de Arénio. Aqui jaz Júlia Amena, filha de Arénio.

O interesse desta epígrafe reside na onomástica: um peregrino incluído na *gens Iulia* (com o prenome *Caius*, que foi o *praenomen* de César), mantém um cognome aqui atestado pela primeira vez, quanto se sabe, com esta categoria, pois que, em CIL XI 113, se atesta um marinheiro da *classis* de Ravena, de nome *T. Arenius Cordus*, ou seja, *Arenius* exerce ali a função de *nomen*.⁴ Por seu turno, *Arbura* é antropónimo que poderemos considerar lusitano, uma vez que, até ao momento, apenas se registou mais duas vezes e sempre em território lusitano.⁵ Quanto ao nome do pai, não se pode deixar de manifestar alguma estranheza, por, à primeira vista, o relacionarmos com a palavra portuguesa «bolbo» e, aplicado a uma pessoa, poderia querer significar algo como «gordinha», sendo certo que, com muita frequência, como hoje acontece com as alcunhas, os primeiros nomes que ocorriam para dar às crianças eram concretos, baseados no aspecto físico; mas não foi o caso, porque, em Latim, é *bulbus*; e da ocorrência do antropónimo *Bolbus* só se conhece, até ao momento, mais um testemunho, na *civitas Igaeditanorum* (SÁ, nº 153), e ainda não houve, por isso, oportunidade de esquadriñar bem a sua etimologia: se latina, se, mais provavelmente, pré-romana.⁶ Ou seja: numa família de onomástica indígena, *C. Iulius* recebe prenome e gentílico romanos, de ressonâncias imperiais (recorde-se que foi *C. Iulius Caesar* o pai adoptivo do imperador Augusto), usando como cognome o que, em princípio, é gentílico; no entanto, à filha são atribuídos o gentílico do pai e um cognome já latino.

Note-se, ainda, a omissão da palavra *filia* em relação a *Arbura*: ela é a Arbura de Bolbo, tal como, hoje, ainda nas nossas aldeias se pode identificar alguém com o determinativo do pai, da mãe, ou mesmo, no caso de homens ou mulheres casados, da esposa ou

⁴ Cf. a base de dados <http://www.manfredclauss.de/gb/>, registo nº EDCS-20000012.

⁵ Cfr.: ESTEBAN, 2012, nº 824, de Trujillo, como mãe de um *Veranus*; ESTEBAN, 2013, nº 1094, filha de um *Tancinus*; e também VALLEJO, 2005, p. 178.

⁶ Vallejo (p. 729) desconhece o testemunho da *civitas Igaeditanorum* e inclui o antropónimo no rol dos pré-romanos, ainda que, na verdade, confesse nada poder adiantar.



Figura 2 Estela da Idade do Ferro
Estela



Figura 3 IRCP 60

do marido. Neste caso, havia de seguida a indicação do cônjuge. É um modo de identificação à maneira indígena que, na mesma epígrafe, é substituído, a mostrar eloquentemente a adopção dos novos modelos, pela filiação «à romana», isto é, *Amoena é f(ilia) de Arenius*, usando-se a sigla, porque já se compreendia perfeitamente o seu significado. E a epígrafe reveste-se ainda de particular interesse, porque o ‘oficial’ seria que a filiação fosse indicada não pelo nome comum do pai mas sim pelo seu *praenomen* em sigla: *C(aii)*. Isso, porém, já era ‘pedir’ de mais!...

Registe-se ainda que a fórmula final – correspondente ao nosso ‘aqui jaz’, como se viu – é muito simples, havendo, inclusive, uma inversão (hesitação?) em relação ao primeiro defunto nomeado.⁷

Marca a estela uma sepultura familiar, subentendendo-se que o epitáfio terá sido mandado gravar por um dos descendentes. Seria colocada à cabeceira. Há, porém, um aspecto que não pode ser subestimado: o aproveitamento de uma placa de formato irregular, a que o texto se adaptou, e a presença de linhas auxiliares paralelas, bem visíveis, mais para se obter um efeito estético do que para guiar a mão do lapicida, uma vez que ele não obedeceu, de facto, rigorosamente a esse cânone. E tal aspecto recorda-nos, de imediato, as estelas da Idade do Ferro, também elas com linhas paralelas e de formato irregular, aproveitando o que a natureza xistosa do terreno lhes proporcionava.⁸

Por conseguinte, a estela de Fronteira, datável, como é óbvio, dos primórdios do século I da nossa era, revela-se, de facto, um testemunho valiosíssimo, ímpar, da transição estética e cultural da Idade do Ferro para a época romana.

2. A SIMBIOSE RELIGIOSA (IRCP 60) [FIG. 3]

Não parece sofrer contestação a ideia de que as manifestações do culto ao deus maior dos Romanos, Júpiter, achadas em contexto rural, detêm implicitamente a função de mostrar publicamente uma adesão aos ideais do poço ‘colonizador’. Teriam

⁷ No final da l. 4 e no princípio de l. 5, as fracturas ocorreram na linha de corte das letras.

⁸ Mostra a Figura 2 um desses exemplares: uma estela proveniente da necrópole de Gavião (Aljustrel), estudada por Caetano de Melo Beirão (nº 59 do catálogo), guardada no Museu de Beja. Agradeço à Dra. Ana Isabel Santos, do Museu Nacional de Arqueologia, a informação sobre o paradeiro da estela, e a informação subsequente, do Dr. Francisco Paixão: a epígrafe está nas reservas do museu e ostenta o nº de inventário MRB.1.7. Embora relativamente distantes no espaço, Gavião e Bensafrim pertenceriam, nos primeiros tempos da ocupação romana, ao mesmo horizonte cultural.

os indígenas o seu deus maior, decerto; mas Júpiter, o Óptimo, o Maior, paulatinamente o terá substituído, quiçá, inclusive, por os indígenas não terem, de facto, um númen a que se pudesse atribuir – como a Júpiter – um carácter universal, digamos assim.

Identificou-se a base de estátua de mármore do tipo Estremoz / Vila Viçosa sobre que também se me afigura de interesse reflectir em S. Bartolomeu de Messines (Silves). Pertenceu à colecção de Frei Manuel do Cenáculo, resultante, naturalmente, de oferta, pelo que totalmente se desconhece o contexto arqueológico em que foi encontrada e, até ao momento, na área de S. Bartolomeu não se detectou nada que pudesse indiciar ocupação romana. Tendo sido levada para o museu que o arcebispo criou em Beja, acabaria por o acompanhar para Évora, em cujo Museu Regional hoje se encontra (nº 1713).

Mede 89 x 58 x 58 cm; e ostenta, do lado esquerdo, uma pátera e, do lado direito, a representação, em baixo-relevo também, de uma coroa de flores com fitas [Fig. 4]. Esta decoração, como se verá pelo texto, aponta para uma conotação funerária; isto é: a dedicatória a uma divindade não implica, neste caso, como noutros semelhantes, a existência de um templo ou santuário; pode ter sido erguida na propriedade dos dedicantes. Ora leia-se:

•I(ovi) (hedera) O(ptimo) (hedera) M(aximo)
 • /IN MEMORIAM / L(ucii) • ATIL(i) • MAXIMI /
 SEVERIANI FIL(ii) / ⁵ PIENTISSIMI / L(ucius) • ATIL(ius) •
 ATILIANVS / ET • ARTVLLIA • / G(aii) • F(ilia) • SEVERA •
 EX / [AR]GENTI • LIB(ris) • / ¹⁰ [...] POSVERVNT

A Júpiter Óptimo Máximo. Em memória de Lúcio Atílio Máximo Severiano, filho modelo de piedade, Lúcio Atílio Atiliano e Artúlia Severa, filha de Gaio, colocaram, com (...) libras de prata.

No que à onomástica familiar diz respeito, estamos perante uma transmissão de nomes perfeitamente romana, de nomes latinos, sendo de notar que o filho apresenta dois cognomes, o segundo dos quais formado a partir do cognome da mãe. Todos eles estão bem documentados, à excepção do *nomen Artullius*, de que, até ao momento, se não conhece outro testemunho nem hipótese de filiação etimológica; uma pista – ainda que remota – pode ser dada pelo facto de, em Roma, se haver documentado um escravo imperial (CIL VI 12 487) chamado *Artullus*, que Solin (1982: p. 1280)



Figura 4 IRCP 60 - grinalda

incluiu entre os antropónimos de filiação grega, dada a possibilidade de relação com palavras começadas por ἄρτυ-.

Mediante a utilização da fórmula *in memoriam*, o monumento assume características funerárias, ainda que formalmente seja um ex-voto, na medida em que pai e mãe colocam uma estátua a Júpiter e a mandam pratear, especificando a quantidade de prata que nesse acto foi gasta. Gente, pois, de não desprecienda posição económica, que não hesita em usar desse estratagemas para ainda mais se notabilizarem. Claro, não duvidamos que tenha sido imensa a dor pela perda do filho *pietissimus*; contudo, é excepcional – quanto conhecemos da epigrafia do Império Romano – e uma atitude sem paralelo, o que lhe confere ainda maior valia. Está implícita a vontade de mostrar o peso social destas duas famílias, a *Atilia* e a *Artullia*, podendo, inclusive, ver-se na atribuição do segundo *cognomen* ao filho (*Severianus*) mais uma forma, ainda que indirecta, de recordar a mãe (*Severa*).

E não será despidendo voltar a reflectir sobre o contexto para que o monumento foi pensado: teve de ser um contexto urbano, porque o conteúdo textual e a sumptuosidade do revestimento da estátua a prata não se compadecem com a colocação em sítio onde não pudesse desempenhar eficazmente essa função de demonstração de relevante prestígio social. Há, porém, de se ter em conta também o que judiciosamente escreveu o Prof. Jorge de Alarcão (2005: p. 295):

«A inscrição de S. Bartolomeu de Messines poderá ter sido consagrada em templo público. Mas não é menos verosímil que o tenha sido em *villa*. Recordaremos uma inscrição de Valado de Frades (Alcobaça) consagrada a Minerva, em memória de uma Carísia, *CIL* II 351. Esta foi certamente erguida em *villa* e não em templo público. Caso similar poderá ser o da inscrição a Júpiter Óptimo Máximo em memória de Lúcio Atílio Máximo Severiano. Não pretendemos, todavia, negar a existência de templo público: só nos parece que temos de aguardar novos indícios da sua existência (se tal templo existiu). E mesmo que, algures na freguesia de S. Bartolomeu de Messines, tivesse havido templo público a Júpiter, isso não provaria (nem sequer indicaria) aglomerado urbano importante».

3. O CONCRETO E O IMATERIAL (IRCP 45)

Procede da Quinta de Marim (Quelfes, Olhão), uma estela funerária de calcário, com duas inscrições,



Figura 5 IRCP 45

exposta no Museu Municipal Dr. Santos Rocha, da Figueira da Foz, onde tem o nº 4224. Mostra a Fig. 5 o cuidado posto na preparação concreta do monumento, no seu aspecto decorativo, em contraste pleno com o desajeitado das duas inscrições, que dizem o seguinte:

A) D(is) M(anibus) S(acrum) / DIONY/SIANVS /
VIX(i)T / ⁵ ANN(is) / XXXVIII (*novem et triginta*) D(ic)
V(iator) / D I N I T L / T T B L

B) D(is) M(anibus) S(acrum) / MARITIM/A VIX(i)T
/ ANN(is) / ⁵ XXV (*quinque et viginti*) D(ic) V(iator) D /
I N I T L / T T B L

Consagrado aos deuses Manes. Dionisiano viveu trinta e nove anos. Diz, viajante:...

Consagrado aos deuses Manes. Marítima viveu vinte e cinco anos. Diz, viajante:...

Salta à vista uma translineação medíocre, a gravação descuidada e deficiente, a culminar, no final, com uma série de siglas cujo significado o lapicida não entendeu ao tentar copiar para a pedra a versão manuscrita que lhe foi apresentada.

Naturalmente que se tem procurado intuir o que o encomendante teria querido expressar. Creio, porém, que não valerá a pena insistir numa versão ou noutra, tentando desdobrar cada letra numa palavra concreta⁹. Poderemos, sim, intuir o sentido geral do que se pretende transmitir e não andarei certamente longe da realidade se optar por algo como: *d(ic) v(iator) s(it) t(ibi) t(erra) l(evis)*, «diz, ó viandante, ‘que a terra te seja leve’», ainda que seja usual na epigrafia de Marim a idade vir expressa em anos, meses e, até, dias. Esse ‘preciosismo’ documenta uma atenção especial à pessoa, uma certa ternura, diríamos, própria de uma comunidade que privilegia o relacionamento. Não seria, pois, de admirar que estivéssemos – neste caso e nos outros patentes na epigrafia da mesma quinta – perante epitáfios de escravos, não desprovidos de requintado gosto estético – querendo imitar os monumentos dos senhores? – mas de alfabetização deficiente. Assim se explicaria o uso do *y* em *Dionysianus* (antropónimo relacionável com o culto a Diónisos, deus do vinho), a atribuição do nome *Maritima*, directamente relacionado

⁹ Quiçá surja a pergunta: como foi possível deixar escapar um texto deficiente em suporte tão bem trabalhado? Uma questão que, nos nossos dias, de vez em quando se põe quando se verifica um erro ortográfico numa medalha, na lombada de um livro ou mesmo num painel publicitário (aqui, às vezes, o erro é propositado, para chamar a atenção...). A resposta é simples: só se reparou quando o erro já estava cometido e não havia forma de voltar atrás. No caso de Marim, ainda bem que assim aconteceu, porque nos permitiu as reflexões que estamos a fazer.

com o mar e de que, nos exemplos peninsulares, revela uma tendência para ser atribuído a crianças, a escravos e libertos, de preferência em zonas costeiras e, finalmente, a sepultura conjunta, num gesto de perpetuidade conjugal, legalmente impossível em vida, mas desta sorte assegurada no Além.

O conjunto dos monumentos epigráficos constitui, pois, singular e ímpar exemplo de como a perfeição estética concreta pode coexistir com deficiente grau de cultura.

4. AS CONVÊNCIAS POLÍTICAS (IRCP 7)

Achou-se no Largo da Sé de Faro e está exposto no Museu Municipal um paralelepípedo de calcário, alisado nas três faces e liso em cima também, que ostenta a seguinte inscrição [Fig. 6]:

M(arco) CORNELIO / Q(uinti) F(ilio) GAL(eria
tribu) PERSAE / FLAMINI / PROVINCIAE LYSITANI(ae)
[sic] / ⁵ CIVITAS OSSONOB(ensis) / PATRONO

A Marco Cornélio Persa, filho de Quinto, da tribo Galéria, flâmine da província da Lusitânia – a cidade de Ossónoba ao patrono.

Era personagem influente quem se candidatava e era escolhido para, durante um ano, ser a autoridade máxima na província no que concerne às manifestações oficiais de culto ao imperador reinante. Deslocava-se, naturalmente, para a capital (Mérida) e o exercício dessas prestigiadas funções granjeava-lhe ainda mais prestígio e influência.

Tal como hoje acontece com as condecorações e homenagens aos detentores de cargos públicos quando terminam um mandato de êxito, também não era invulgar os flâmines serem perpetuados numa estátua.

Tem-se discutido a origem de Persa, nomeadamente por ostentar um *cognomen* que poderá ter, como já sugeri, «ressonâncias duma vetusta origem oriental dos seus antepassados» (1984, p. 51)¹⁰. Não dispomos de dados bastantes, creio eu, para o não considerar ossonobense, uma vez que está inscrito na tribo Galéria e não indica a naturalidade; e continuo a pensar que, se a *civitas* o nomeou patrono foi não apenas em jeito de mera homenagem mas também para que, mercê dos



Figura 6 IRCP 6

¹⁰ Aproveite-se o ensejo para informar que, se em 1984 só havia conhecimento da ocorrência aqui da atribuição deste *cognomen*, a consulta da base de dados <http://www.manfredclaus.de/gb/> permite afirmar que outras se identificaram já. Cito, a título de exemplo, o *scriba* e *tribunus militum* *Cnaeus Ricinius Persa*, de Lanúvio (CIL XIV 2108, EDCS-05800069) e *Publius Petronius Persa*, da Aquileia (EDCS-01500323).

relacionamentos alcançados, pudesse superiormente intervir para que à sua cidade natal fosse prestada maior atenção. O que se designa, em linguagem corrente, «não dar um ponto sem nó»!¹¹ E sendo a epígrafe datável do século I da nossa era, quer a eleição de um dos seus cidadãos quer a dedicatória mesmo que em geométrico cipo a colocar no fórum sem busto nem estátua constituem sintoma de uma população que não quer deixar os seus créditos por mãos alheias.

5. O CLIENTELISMO CONSOLIDA-SE! [IRCP 79]

Demos agora uma saltada até à outra cidade importante no Algarve romano, *Balsa*, para se verificar como a notoriedade conquistada carece de ser mantida e os mecanismos então usados não diferem muito dos que na actualidade se praticam.

Identificou-se na Quinta da Torre d’Ares (Luz, Tavira) uma base paralelepípedica, de calcário biogénico, hoje no Museu Nacional de Arqueologia (N.º E 6363), com a seguinte inscrição [Fig. 7]:

T(ito) • MANLIO / T(it) • F(ilio) • QVIR(ina tribu)
 •FAV/STINO • BALS(ensí) • / MANLIA •T(it) • F(ilia)
 / ⁵ FAVSTINA / SOROR • FRA/TRI • PISSIMO / II VIR
 (duumviro) • II (bis) / D(ecreto) • D(ecurionum) • / ¹⁰
 EPVLO DATO

A Tito Mânlio Faustino, filho de Tito, da tribo Quirina, natural de Balsa. Mânlia Faustina, filha de Tito, a irmã, ao irmão modelo de piedade, duúnviro pela segunda vez.

Por decreto dos decuriões. Tendo oferecido um banquete.

Cá está, de novo, uma epígrafe que homenageia um defunto – o adjectivo *piissimus* atesta esse carácter ‘funerário’ – mas que representa, simultaneamente, uma forma de a família se evidenciar perante a comunidade, uma vez que a epígrafe se não colocaria em necrópole mas sim no fórum da cidade. Membro da burguesia de Balsa, Faustino presidiu por duas vezes, como duúnviro, ao senado municipal. A homenagem é da iniciativa da irmã (de novo, a mulher a evidenciar-se na comunidade, sob um pretexto legítimo...) e foi sancionada, como não podia deixar de ser, por decreto



Figura 7 IRCP 79

¹¹ Simples reflexão sobre o que acontece nos nossos dias será bastante para se ler nas entrelinhas. Para saber mais como se passava entre os Romanos, leiam-se duas publicações citadas na bibliografia: Marta GONZÁLEZ HERRERO, 2015 (sobre os flâmines, onde se estuda esta epígrafe nas p. 28-31) e BALBÍN CHAMIZO CHAMORRO 2006 (sobre o patronato).

da ordem dos decuriões. O solene descerramento da lápide fez-se acompanhar dum banquete para que foram, naturalmente, convidados os *amici* da família, ou seja, os membros da sua clientela política.¹²

6. A SIMBIOSE ENTRE A RELIGIÃO E A POLÍTICA [IRCP 4]

Expõe-se no Museu de Faro um pedestal de calcário praticamente intacto, achado na cidade. Mede 96 x 50 x 44 cm e tem gravada na face principal a seguinte inscrição [Fig. 8]:

IMP(eratori) (hedera) CAES(ari) / L(ucio) (hedera) DOMITIO / AVRELIANO / PIO (hedera) FEL(ici) (hedera) AVG(usto) / ⁵ P(ontifici) (hedera) M(aximo) (hedera) T(ribunicia) (hedera) P(otestate) (hedera) P(atri) (hedera) P(atriciae) (hedera) / II (bis) (hedera) CO(n) S(uli) (hedera) PROC(onsuli) / R(es) (hedera) P(ublica) (hedera) OSSONOB(ensium) / EX DECRETO / ORDIN(is) / ¹⁰ D(evota) (hedera) N(umini) (hedera) M(aiestatique) (hedera) EIVS / D(edit) D(edicavitque) (hedera)

Ao Imperador César Lúcio Domício Aureliano, Pio, Félix, Augusto, pontífice máximo, no seu poder tribúncio, pai da Pátria, cônsul pela segunda vez, procônsul – a República Ossonobense, por decreto da ordem, ofereceu e dedicou, por devoção ao seu génio e majestade.

Há notícia de uma outra inscrição dedicada ao imperador Valeriano, cujo paradeiro se desconhece, mas cuja real existência não levanta objecções, pois documentaria também a fidelidade a Roma, num momento em que se regista uma viragem no culto ao imperador, a quem passa a ser claramente atribuído um carácter sobrenatural, devido a uma influência mais directa das religiões orientais, principalmente do culto a Mitra. Na verdade, um total de 10 dedicatórias a Aureliano encontradas na Península, segundo os dados colhidos em HEpOL, quatro (mais esta de Faro) assumem o carácter de *devotio*, patente na fórmula *devotus numini maiestatique eius*; a divinização do imperador está mesmo patente em duas delas mediante a palavra *deo* a preceder o seu nome.

Relevante esta manifestação de lealdade política envolta num manto religioso, como se eventual desobediência equivalesse a um acto sacrílego. Atitude



Figura 8 IRCP 4

¹² Sobre o papel político dos banquetes entre os Romanos, tive ocasião de tecer algumas considerações no texto publicado em 2015.

passível de estranheza por parte de uma cidade à beira do Atlântico, nos confins ocidentais do Império; compreensível, porém, se verificarmos que estamos, mui provavelmente, no ano de 274, ou seja, no último quartel do século III. Os «bárbaros» ameaçavam as fronteiras orientais e esta Lusitânia meridional não sentia, então, os efeitos da crise económica subsequente; antes, pelo contrário, a actividade marítima e comercial mantinha-se e floresceria até, de modo que aos ossonobenses interessaria enormemente «que continuassem a funcionar os mecanismos duma unidade imperial, fonte imprescindível para o seu progresso económico baseado no intercâmbio comercial entre as várias regiões dessa unidade», como tive ocasião de escrever em 1984 (p. 47).

CONCLUSÃO

Inclui-se este ensaio sobre a epigrafia romana no volume da «História do Algarve» dedicado ao tema «Culturas de Escrita: da Idade do Ferro à Era Digital». Propunham-me os seus coordenadores que procurasse fazer uma «ampla conceptualização sobre a cultura escrita», de molde a permitir «conciliar as diferentes manifestações da escrita» e «contribuir para a reflexão em torno da evolução das diferentes formas gráficas, enquadradas pelos seus contextos históricos e sociológicos de produção, circulação e uso, numa perspectiva capaz de conciliar tanto as especificidades quanto as continuidades entre as várias expressões e funções da escrita».

Para além desse objectivo geral, quando me interroguei sobre como integraria nesses conceitos os monumentos epigráficos deixados por um povo que precisamente na escrita em material duradouro nos legara todo um manancial de informação, foram-me apresentados quatro tópicos:

- 1) Síntese sobre o contributo da epigrafia romana da região, considerada em âmbito europeu;
- 2) Epigrafia e território – questões de poder;
- 3) Condições materiais, técnicas e conceptuais da epigrafia no Algarve;
- 4) Usos e apropriação a partir de um caso específico.

Declarei-me incapaz de enquadrar os meus conhecimentos em tópicos tão conceptualizantes, quando, como epigrafista-historiador, me seduz mais o concreto, a mensagem, não descurando, obviamente, a tentativa de discernir o contexto que a vira nascer e o objectivo que lhe poderia estar subjacente.

Parti, pois, com essa ténue rede a sustentar possíveis desvios.

Se as mensagens veiculadas pelos monumentos epigráficos romanos do Algarve tiveram repercussão europeia não saberei responder. Primeiro, porque Europa não havia; depois, se pensássemos na Europa culta actual, a dos epigrafistas, direi, sem medo de errar, que sim, que um agradecimento como o que Ânio Primitivo fez à deusa Fortuna por ter sido elevado à categoria de sêxviro, de que, com pompa e circunstância, constou a organização de um combate de barcas, de lutas de gladiadores e dádivas aos seus concidadãos (IRCP 78) teve, certamente, eco no seu tempo e tem sido alvo de sérios estudos a nível europeu e não só. E o facto de quatro magistrados de Faro haverem mandado pavimentar com invulgar mosaico (IRCP 35) a sala de um edifício público certamente ligado às lides marítimas e terem querido perpetuar seus nomes nesse mesmo mosaico tem sido motivo de mui sábias elucubrações.

Questões de poder, ligadas ao território, quanto se saiba estiveram ausentes nesta faixa meridional entre a serra e o mar. Não encontrámos marcos delimitativos e de apenas um miliário, possivelmente de Augusto, há notícia (IRCP 660); tudo muito calmo, portanto, por estas bandas em todos os tempos. Só hoje é que – academicamente e no plano da teoria – se erguem de quando em vez discussões acerca de delimitações territoriais das cidades; mas isso é, no fundo, um pesadelo dos nossos dias: marcar fronteiras, levantar muros, inventar marcas de posse...

No que concerne às «condições materiais, técnicas e conceptuais da epigrafia no Algarve», se algo distingue estes monumentos meridionais é o que constitui, desde esses prístinos tempos, a «alma algarvia», sempre pronta a semear alegria, num dito ambíguo ou no branco perfume das amendoeiras em flor. E disso vejo eu eco na decoração profusa patente em boa percentagem de epígrafes, de que a Quinta de Marim foi alfobre sem rival. O demais obedece às regras válidas aqui como para lá dos Alpes da Transilvânia...

«Usos e apropriação a partir de um caso específico»: neste ponto, achei que devia ir mais além. Demorar-me em exemplos seleccionados que nos permitissem por esse longínquo tempo auscultar os vivos e os mortos, os homens e, sobretudo, as mulheres, o poder local na sua dinâmica com o poder provincial e – porque não? – com essa Roma longínqua mas sempre presente nos hábitos, nos formulários, no quotidiano, enfim.

Disse Giancarlo Susini, meu saudoso Mestre de Bolonha, que pode considerar-se a Epigrafia o estudo da forma como, em determinado momento, o Homem seleccionou ideias para as transmitir aos vindouros.

Dessa selecção me procurei fazer eco.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO**, Jorge (2005) – «Notas de Arqueologia, epigrafia e toponímia – III», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8/2, p. 293-311.
- ARRUDA**, Ana Margarida (2007) [coord.] – *Laccobriga – A Ocupação Romana na Baía de Lagos*. Câmara Municipal de Lagos.
- BALBÍN CHAMIZO CHAMORRO**, P. (2006) – *Hospitalidad y Patronato en la Península Ibérica durante la Antigüedad*. Valladolid.
- BARATA**, Filomena [coord.] (1997) – *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: IPPAR.
- BEIRÃO**, Caetano de Melo (1986) – *Une civilisation protohistorique du Sud du Portugal (1^{er} Âge du Fer)*. Paris: De Boccard.
- BRITO**, Frei Bernardo de (1597) – *Monarchia Lusitana*, tomo I. Alcobça. [Fez a Imprensa Nacional – Casa da Moeda edição facsimilada, Lisboa, 1973].
- CIL II = **HÜBNER**, Emélio (1869 e 1892) – *Corpus Inscriptionum Latinarum – II*. Berlim: Academia das Ciências.
- DURRY**, Marcel (1961) – «Réhabilitation des ‘funerariae’», *Revue Archéologique*, 1, p. 11-21.
- ENCARNAÇÃO**, José d’ (1985) – «Reflexões sobre a epigrafia romana de Ossónoba», *Anais do Município de Faro*, 15, p. 125-132. [Versão actualizada do texto inserto in *Conimbriga*, 23, 1984, p. 169-206].
- ENCARNAÇÃO**, José d’ (1991) – «A necrópole romana da Quinta de Marim (Olhão): a onomástica enquanto índice sociocultural», *Anais do Município de Faro*, 21, p. 229-241. <http://hdl.handle.net/10316/21615>
- ENCARNAÇÃO**, José d’ (2000) – «Morrer aos 40 anos na Lusitânia romana», in GORGES (Jean-Gérard) y NOGALES BASARRATE (Trinidad), *Sociedad y Cultura en Lusitania Romana*. Mérida: Junta de Extremadura, p. 241-247. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/25565>.
- ENCARNAÇÃO**, José d’ (2001-2002) – «A história de uma escrava romana», *Al’ulyã* (Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé), 8, p. 23-33.
- ENCARNAÇÃO**, José d’ (2003) – «Sobre a epigrafia romana do Algarve», *Xelb*, Silves, 4, p. 151-160.
- ENCARNAÇÃO**, José d’ (2003) – «Quão importantes eram as gentes!...», in MAIA (Maria) *et alii* [coord.], *Tavira – Território e Poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 95-104.
- ENCARNAÇÃO**, José d’ (2005) – «Gentes do mar e da terra», in PAULO (Dália) [coord.], *Caminhos do Algarve Romano*. Faro: Câmara Municipal de Faro (Museu Municipal), p. 21-25. <http://hdl.handle.net/10316/10478>
- ENCARNAÇÃO**, José d’ (2006), «Caminhos antigos, percursos modernos», *Actas das I Jornadas ‘As Vias do Algarve da Época Romana à Actualidade’*. S. Brás de Alportel, p. 54-61. <http://hdl.handle.net/10316/10507>
- ENCARNAÇÃO**, José d’ (2006) – «La persistence esthétique africaine dans la décoration des monuments épigraphiques romains de l’Algarve», *L’Africa Romana* 16, Roma, p. 1939-1944. <http://hdl.handle.net/10316/22780>
- ENCARNAÇÃO**, José d’ (2014) – «O colégio dos sêxviro – religião e poder em evidência», *Boletim de Estudos Clássicos*, 59, p. 95-102. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/30299>
- ENCARNAÇÃO**, José d’ (2015) – «Banquetear-se em vida e no além: os testemunhos epigráficos», *Portvgalia*, XXXVI, p. 159-169. <http://hdl.handle.net/10316/30251>
- ENCARNAÇÃO**, José d’, e GONÇALVES, Maria José (2013) – «Cilpes / CILPIS / Xilb / Silves? – Para uma discussão antiga um novo contributo. A inscrição de Silves evocativa do templo de Neptuno», *Espacio Tiempo y Forma*, série II (História Antigua), tomo 26, p. 255-276. <http://hdl.handle.net/10316/25153>
- ESTEBAN ORTEGA**, Julio (2012), *Corpus de Inscripciones Latinas de Cáceres. II. Turgalium*. Cáceres: Universidad de Extremadura.

ESTEBAN ORTEGA Julio (2013) – *Corpus de Inscripciones Latinas de Cáceres. III. Capera*. Universidad de Extremadura, Cáceres,.

GONZÁLEZ HERRERO, Marta (2015) – *Implantación y Organización del Culto Imperial Provincial en Hispania*. Oxford: Archaeopress Publishing Ltd.

EpOL = *Hispania Epigraphica on line*, acessível em <http://eda-bea.es/>

IRCP = ENCARNÇÃO, José d' (1984), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia. [O número indica o número da inscrição no catálogo]. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/578>

KAJANTO, Iiro (1968) – *On the Problem of the Average Duration of Life in the Roman Empire*. Helsinki.

LANCHA, Jeanine (1985) – «La mosaïque d'Océan découverte à Faro (Algarve)», *Conimbriga*, Coimbra, 24, p. 151-175. [Tradução portuguesa em *Anais do Município de Faro*, Faro, 15 1985 111-124].

MANTAS, Vasco Gil (1997) – «As civitates: esboço da geografia política e económica do Algarve romano», in BARATA, Filomena [coord.], *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Ministério da Cultura, IPPAR, p. 283-310.

RESENDE, André de (1593) – *De antiquitatibus Lusitaniae*. Évora.

SÁ, Ana Marques de (2007) – *Civitas Igaeditanorum: Os Deuses e os Homens*. Município de Idanha-a-Nova.

SALGADO, Frei Vicente (1786) – *Memórias Eclesiásticas do Reino do Algarve (oferecidas ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja)*, I. Lisboa: Regia Officina Typografica.

SANTOS, Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso (1972) – *Arqueologia Romana do Algarve*, II. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

SILVA, Luís Fraga da (Maio de 2007) – *Balsa, Cidade Perdida?* Campo Arqueológico e Câmara Municipal de Tavira.

SOLIN, Heikki (1982) – *Die griechischen Personennamen in Rom. Ein Namenbuch*, 1. Berlin-Nova Iorque.

VALLEJO RUIZ, José María (2005) – *Antroponimia Indígena de la Lusitania Romana*. Vitoria-Gasteiz.

VEIGA, Sebastião Philippes Martins Estácio, *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, Imprensa Nacional, Lisboa: I, 1886; II, 1887; III, 1889; IV, 1891; V, 2006 [Câmara Municipal de Silves/Museu Nacional de Arqueologia].

Créditos fotográficos: Todas as fotografias foram incluídas em IRCP, pertencem ao autor e foram feitas por Guilherme Cardoso, à excepção da Fig. 5, que é de Delfim Ferreira. A estela da Fig. 2 foi fotografada pelo autor quando esteve exposta no Museu Nacional de Arqueologia.

Epigrafia Romana do Algarve

Roman epigraphy at Algarve

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Resumo: Traça-se, na introdução, uma panorâmica do que tem sido a investigação epigráfica no Algarve e quais os sítios mais significativos desse ponto de vista.

Apontam-se seis exemplos sintomáticos: da aculturação (IRCP 55); da utilização da religião para prestígio pessoal (IRCP 60); das estelas da Quinta de Marim (IRCP 45); do exercício do patronato (IRCP 7); do papel da mulher (IRCP 79) e da simbiose entre a religião e a política mormente a partir do século III da nossa era (IRCP 4).

Palavras-chave:

Epigrafia

Aculturação

Religião

Política

Sociedade.

Keywords:

Roman epigraphy
Acculturation
Roman religion
Politics
Society

Abstract: In the introduction, a synthesis is given of the investigation about the Algarve's roman epigraphic monuments. We sign also the most significant epigraphic sites.

Six suggestive examples are given about: the acculturation (IRCP 55); the utilization of the religion to personal prestige (IRCP 60); the Quinta de Marim's specific monuments (IRCP 45); the importance of the patronatus (IRCP 7); the woman's paper in the roman society revealed by the epigraphic monuments (IRCP 79); and the real symbiosis religion/politics, specially in the III century (IRCP 4).

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

jde@fl.uc.pt

José d'Encarnação is born in Algarve (S. Brás de Alportel, 24-12-1944). Full professor (History and Archaeology), now emeritus, at the Faculty of Letters (Coimbra's University). His domain of specialization is just the Roman Epigraphy, and he sustained, in 1984, his doctorate's thesis about the Roman Inscriptions of the Conventus Pacensis, it is of all the South of Portugal.

«Académico de Mérito» of the Portuguese Academy of History from 2010, and correspondent academic of the Sciences' Academy of Lisbon (2015), he had, at 2001, the honoris causa doctor's degree of the University of Poitiers.

J. d'Encarnação is author of more than 800 titles – books and articles; as journalist, he writes assiduously at the local press.

José d'Encarnação nasceu no Algarve (S. Brás de Alportel, 24-12-1944). É professor catedrático em História e Arqueologia, aposentado, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Especializou-se em Epigrafia, tendo defendido tese de doutoramento, em 1984, sobre as Inscrições Romanas do Conventus Pacensis, onde estudou todos os monumentos epigráficos romanos conhecidos no Sul de Portugal.

Académico de Mérito da Academia Portuguesa de História, desde 2010, e académico correspondente da Academia das Ciências de Lisboa (2015), foi agraciado com o grau de doutor honoris causa pela Universidade de Poitiers (2001).

Autor de mais de 800 títulos, entre livros e artigos, é jornalista e colabora assiduamente com a imprensa regional tanto de Cascais, onde vive, como da sua terra natal.



Com o apoio de:

